



O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Declaro iniciada a reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir o Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, que já se encontra à mesa conosco. A presença de S.Exa. muito nos honra. Estamos começando os trabalhos hoje e termos a presença do Sr. Ministro do Desenvolvimento neste início do trabalho, para nós Senadores e Deputados, é motivo de muita satisfação.

Esta reunião foi convocada para prestar esclarecimentos acerca do Projeto de Lei nº 2, de 2018, do Congresso Nacional, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências, conforme dispõe o art. 84, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Além do Sr. Ministro, que acabamos de citar aqui, encontra-se à mesa o Sr. George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; o nosso querido Relator do Projeto de Lei e Diretrizes Orçamentárias para 2019, o Senador Dalirio Beber; e o nosso querido também Senador Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2019, o Senador Waldemir Moka, ex-Presidente desta Comissão.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, não sendo permitido aparte.

As Sras. e os Srs. Deputados e as Sras. e os Srs. Senadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder. Informo que nós vamos estabelecer uma lista de inscrição para as perguntas. A inscrição vai ser aqui ao lado, e quem quiser já pode se levantar e fazê-la com a Secretaria.

Sr. Ministro, eu só queria proferir breves palavras. A Comissão tem abraçado a todos aqui, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras. A Comissão já começou num prazo, vamos dizer assim, um pouco atrasado do que estava previsto, até para a votação da LDO, mas, desde que fomos nomeados e desde a votação



dos nossos membros da CMO, desta Mesa e dos Relatores, enfim, desde que começamos a condução desse trabalho, estamos num ritmo bastante acelerado.

Quero fazer um agradecimento a V.Exa., Ministro. Nós o convidamos na semana passada, e V.Exa., prontamente, confirmou a participação nesta semana.

Portanto, a Comissão tem cumprido o seu papel, feito debates aqui dentro bastante produtivos, para que nós possamos dar uma resposta o mais rápido possível e cumprir o cronograma, que já foi apresentado no Colégio de Líderes e vai ser apresentado pelo Relator da LDO.

Ministro, nosso País viveu momentos de muita tensão nos últimos dias, nas últimas semanas, em virtude dos protestos que vinham dos caminhoneiros, nas estradas. Esse protesto foi bem aceito, teve o aval muito grande de uma parcela significativa da sociedade, e foi realizado um acordo para que o Governo cumprisse algumas das exigências estabelecidas pelos caminhoneiros, porque eles representavam muitos brasileiros.

Nós vivemos hoje um segundo orçamento, com novas regras de teto de gastos, que exigem uma maior transparência dos Ministérios e do Governo Federal, de uma forma geral, passando para os Estados e os Municípios. E ficamos preocupados, Ministro. Conversamos muito aqui entre nós, Deputados, Senadores e equipe — quero agradecer a toda a equipe de consultoria da CMO — sobre a perspectiva de impacto das medidas que serão tomadas pelo acordo firmado. Chega ao conhecimento da Comissão que pode girar em torno de 13,5 bilhões de reais o impacto no Orçamento neste ano de 2018. Nós estamos falando aqui do Orçamento de 2019.

Chegam à Comissão também alguns dos possíveis cortes em áreas, que podem ser impactadas, para que se chegue a esses 13,5 bilhões de reais. Por exemplo, se formos ilustrar, nobres colegas, para zerar a alíquota da CIDE para bancar o desconto de 0,05 reais o litro do *diesel*, chega ao conhecimento da Comissão o valor de 1,250 bilhão de reais. Para reduzir a alíquota do PIS/COFINS para bancar o desconto de 0,11 reais por litro, chega ao conhecimento desta Comissão algo em torno de 2,750 bilhões de reais. As medidas compensatórias estão girando em torno de 4 bilhões de reais. A redução do benefício do programa de incentivo aos exportadores, de 0,1% a 2%, gera recursos de 2,217 bilhões de



reais; a reoneração da folha de 15 setores produtivos, de 830 milhões de reais; a revogação do Regime Especial da Indústria Química, de 170 milhões de reais; e o subsídio às produtoras e importadoras de combustível para bancar esse desconto de 30 centavos por litro gira em torno de 9,5 bilhões de reais.

Eu queria deixar logo uma pergunta, Ministro: de onde virá esse recurso, esses 9,5 bilhões de reais? Segundo o Ministro da Fazenda, 5,7 bilhões de reais virão de uma reserva orçamentária — ou seja, recursos que ainda não tinham destino certo —, outros 3,8 bilhões virão de corte de despesas. É importante deixar isso claro, porque, quando esses números chegam aqui, existe muito questionamento. E nós somos muito cobrados por essas respostas a cada dia.

Então, Ministro, tirando o questionamento em relação a essa demanda, que é do povo brasileiro, justa, eu queria fazer só alguns questionamentos sobre o que nos preocupa no próximo ano.

Por exemplo, nos últimos anos, o Governo Federal tem operado com déficit primário ao redor de 2% do PIB, ou seja, não há receitas tributárias para pagar os juros da dívida pública, fazendo-se necessária a emissão de nova dívida para pagamento de despesas com juros. Daí vem a questão da dívida pública. Sem a geração de superávits primários, a dívida pública da União continuará crescendo em relação ao PIB.

A previsão da Instituição Fiscal Independente do Senado em relação a essa crescente, nos próximos 5 anos, é de que sai de 75,8%, em 2018, para 86,6%, em 2023. Economistas estimam que o percentual de superávit primário requerido para estabilizar a dívida em relação ao PIB é da ordem de 2% a 2,5%. Daí vem a questão do ajuste fiscal.

Dada a magnitude do ajuste fiscal a ser implementado, da ordem de 4,5% do PIB, ao longo dos próximos anos, a viabilização disso exige um esforço repartido entre as medidas de contenção dos gastos e as medidas de aprimoramento da legislação tributária. Pelo lado das despesas, a viabilização do teto de gastos significaria a redução anual da despesa do Governo Federal em valor equivalente a 0,5% do PIB. Pelo lado das receitas, há uma Comissão Especial na Câmara que trata sobre o assunto, inclusive é do seu conhecimento. Então, não vou tratar disso.



Também está tramitando, hoje, na Câmara a PEC que trata da regra de ouro, sobre a qual vamos debater com mais profundidade. Essa PEC é muito importante e possivelmente vai ser objeto de audiência pública desta Comissão. Ela prevê o controle de crescimento e a redução das despesas correntes obrigatórias, acionando medidas prudenciais e corretivas para controlar a trajetória explosiva dessas despesas. O objetivo é evitar o estrangulamento dos investimentos e das demais despesas discricionárias essenciais ao funcionamento do serviço público.

Portanto, nós temos aí a regra do teto. O Governo vai subsidiar os Poderes, vai ajudar os Poderes até 2019, ano do qual nós estamos tratando aqui — o Orçamento de 2019. A partir de 2020, vai haver uma nova regra, um novo cenário, portanto isso vai ter um impacto. Mas o que cabe a nós aqui é tratar dessa regra de ouro até 2019.

Ministro, eu queria concluir dizendo que nós temos uma expectativa muito grande do apoio de V.Exa. para que os recursos das áreas fundamentais não sejam atingidos — a área da saúde, da educação, da segurança pública, que é uma Pasta nova. Foi até criado um fundo para financiar políticas públicas de segurança pública. Ações que envolvam água, energia, programas de habitação, programas de abastecimento de água — tenho certeza de que muitos dos Parlamentares aqui fazem parte dessas áreas, entre outros desta Casa e do Senado — temos uma expectativa muito grande no sentido de que não sejam afetadas; também pela medida provisória que vem para remodelar a política de combustível, neste novo cenário da regra do teto dos gastos, com a crise que nós vivemos.

Esperamos que V.Exa. possa nos ajudar a preservar essas áreas tão prioritárias, garantindo recursos necessários para mantermos o mínimo dessas ações, recursos que serão repassados para os Governos Estaduais e Municipais.

Dito isso, eu passo a palavra ao Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Esteves Pedro Colnago Junior, pelo tempo de 30 minutos.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - É uma honra participar desta reunião na Comissão.

Queria cumprimentar o Deputado Federal Presidente da Comissão, Deputado Mário Negromonte Jr.; o Senador da República Relator da LDO, Senador Dalirio



Beber; o Senador da República Relator da LOA, Senador Waldemir Moka; os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras aqui presentes; os profissionais de imprensa que estão ali atrás; as senhoras e os senhores.

Vou tentar fazer uma apresentação rápida, dentro do possível, até para termos um pouco mais de tempo para discutir.

(Segue-se exibição de imagens.)

A apresentação começa com um cenário macroeconômico. Este cenário macroeconômico reflete a economia até o primeiro trimestre deste ano. Como o Presidente acabou de falar, nós tivemos um fato muito marcante na semana passada — de certa forma ainda o estamos vivenciando um pouco —, que vai ter reflexo obviamente na economia.

Mas o que nós estávamos vendo? A economia vinha numa crescente, comparando-se o primeiro trimestre deste ano com o primeiro trimestre do ano anterior. O crescimento do PIB era de 1,2%, puxado fortemente pela nossa economia interna. Então ele estava sendo puxado pelo consumo das famílias, o que é muito importante. As famílias fizeram um grande trabalho para pagar as suas dívidas, para pôr as suas contas em ordem, e estavam voltando a consumir. Também tínhamos um crescimento puxado pelo lado do investimento, um crescimento importante, um crescimento sustentável. Então a economia estava ganhando tração. Mas nós estamos olhando um primeiro trimestre que não necessariamente vai se repetir nos próximos trimestres, infelizmente. Precisamos de pelo menos 1 mês ou 2 meses para receber os dados e saber qual o impacto que efetivamente a economia teve com a paralisação dos caminhoneiros, e o que isso pode nos trazer.

O que nós tínhamos ainda em 2018? A economia estava gerando emprego, tinha gerado 336 mil postos de trabalho. Isso é muito importante, quer dizer, dá dignidade às pessoas, as pessoas voltaram a ter seu emprego. Então vínhamos numa trajetória boa de fortalecimento. Precisamos ver como isso vai se dar daqui para frente.

A economia vem apresentando sistematicamente — isto é recorrente na economia brasileira — um investimento direto estrangeiro muito forte. Então há uma grande confiança dos investidores estrangeiros na economia brasileira. Segundo o



último dado aqui, nós temos investimento direto equivalente a 2,6% do PIB, enquanto o nosso déficit de transações correntes é de 0,4%. Isso quer dizer que nós temos quase sete vezes mais investimento estrangeiro direto no País para sustentar o nosso déficit de transações correntes. Essa é uma grande demonstração de confiança no futuro e na solidez da nossa economia.

Temos também uma trajetória de inflação muito benigna para a nossa economia. Estamos com uma taxa de inflação abaixo do piso da meta, o que é muito importante. Isso é uma novidade de certa forma na economia brasileira, e vimos conseguindo manter de uma maneira sistemática. Não se vislumbra, no curto ou no médio prazo, uma reversão nesse sentido, algo que possa colocar isso em risco, ou que voltemos a ultrapassar os limites estipulados pelo Conselho Monetário Nacional para a flutuação da inflação. Isso também demonstra a saúde da nossa economia.

Estamos vivenciando ainda uma taxa de juros muito baixa para a nossa realidade, comparável à do período de 2012. É a menor taxa de juros da história do País, ou está muito próxima da menor que nós já tivemos. Isso também é muito importante. Demonstra que investimentos produtivos podem ser realizados com mais facilidade em nosso País, porque a taxa de retorno do investimento começa a superar com mais tranquilidade a taxa de retorno mínimo da economia.

De certa forma esse quadro — eu o reduzi de propósito, para termos tempo de discutir — retrata a nossa conjuntura econômica, que era de fortalecimento, de grande tração no crescimento econômico. Nós tivemos um fato importante, precisamos ver o que vai acontecer, mas a economia estava sólida, aliás, a economia está sólida. Esse é um fato muito importante.

Entrando especificamente no PLDO 2019, o que nós vemos? Há 5 anos, o Governo apresenta déficits primários. Pela nossa projeção, até 2021, continuaremos apresentando déficits primários. Então, serão 8 anos de déficit primário. Pelas projeções que nós temos também, talvez haja uma reversão a partir de 2024, 2025, desse cenário de déficits primários. Teríamos 11 anos de déficits primários recorrentes, e aí — já tentando responder um pouco à pergunta do Presidente — é muito importante a reforma do teto do gasto constitucional que foi estabelecido no ano passado. É ele que dá a credibilidade para o mercado, para que um país que convive há 5 anos, e que pode conviver por 11 anos com déficits primários



recorrentes, demonstre, ainda assim, capacidade para atingir a menor taxa de juros da sua história, ou uma das menores, e para atingir uma taxa de inflação abaixo do piso da meta. Isso dá segurança ao setor privado e à economia como um todo de que o Governo tem uma trajetória de sustentabilidade.

É muito importante que o Governo tenha essa âncora de segurança junto ao mercado. É preciso haver uma história em que se fale: *“Estou passando por um momento de dificuldades, mas vou reverter isso, e, lá na frente, vou apresentar superávit”*. Então, é muito importante manter esses dispositivos que deram segurança ao mercado.

Este aqui é o mesmo gráfico, só que com relação ao PIB, o que demonstra também que vimos tendo déficits decrescentes, mas déficits primários.

Também como consequência desse acúmulo de déficits primários recorrentes, o que nós vemos? Vemos que a nossa trajetória de endividamento, tanto em termo de dívida bruta, que seria a linha vermelha, quanto em termo de dívida líquida, se mostra ascendente, chegando em 2021 a 81,1% em termos de dívida bruta. Então, ela, pelo que eu me lembre, crescerá até 2024, 2025. Crescerá cada vez em velocidades menores, mas continuará crescendo. Depois ela começará a reverter, a partir do momento em que se começar a gerar superávits. Efetivamente, embora todo o esforço que o Governo esteja fazendo e vá fazer com o teto do gasto, ainda assim nós teremos uma trajetória de crescimento da dívida. Portanto, é de suma importância que o Governo insista nessas medidas, que são medidas estruturais e que demonstram a solidez do Governo ou das contas do Governo, mais importante, das contas públicas.

Aqui projetamos o que vai acontecer com as nossas receitas primárias. Um ponto muito importante é ter prudência, até porque nós estamos elaborando um relatório para o próximo Presidente. Então, não consideramos nas receitas nenhuma receita extraordinária não prevista hoje. Se há um leilão de cessão de poços de petróleo já no relatório ou já previsto, ele está aqui. Se no relatório não há previsão com relação à venda desse poço de petróleo, ela não está presente. O novo Presidente, o novo Governo vai encontrar um relatório prudente em termos de projeção da receita. Não estamos criando nenhuma obrigação nem expectativa para o novo Presidente. Estamos sendo absolutamente prudentes nesse sentido.



Neste eslaide dá para ver de novo a importância do teto dos gastos. Há, diferentemente da receita, que tem uma participação sobre o PIB relativamente constante, em torno de 20%, uma despesa primária em relação ao PIB, até porque supomos um crescimento real do PIB, cadente. Isso é em termos reais e mostra que a participação da despesa em relação ao PIB, como está congelada em termos reais em 2016, está em queda, o que vai nos permitir gerar superávits talvez a partir de 2024, 2025.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Só o teto?

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Só em virtude do teto. Não estamos considerando mais nada.

Agora falarei de um ponto para o qual também é muito importante chamar a atenção, até já começo a responder um pouco à pergunta do Presidente. O que nós verificamos ao longo do tempo? Um enrijecimento do Orçamento Público.

Se nós pegarmos 2006, veremos que tínhamos 89% do Orçamento gasto com despesas obrigatórias. Se olharmos 2021, veremos que esse gasto com despesas obrigatórias vai atingir 98%. Aquilo que o Governo tem de despesas discricionárias para atender a muitas dessas obrigações, despesas essenciais das quais o Presidente falou, estará limitado a 2%. É muito importante — o teto do gasto deixa isso muito claro — que o Governo priorize despesas.

Hoje, não se pode mais ter a liberdade de criar novos tributos, novos impostos. Isso não aumenta o espaço do teto do gasto. É preciso olhar o conjunto de obrigações, o conjunto de despesas, e dizer assim: *“O que efetivamente é prioritário? O que efetivamente eu tenho que manter? O que eu tenho que realocar?”* Então, essa é uma discussão muito viva. E a CMO, tanto para a LDO quanto para a LOA, é o local para essa discussão de 2019. Essa é uma discussão que vai estar muito viva, porque, a partir de 2019, efetivamente, o teto do gasto vai ser o limitador das despesas de Governo. Com essa discussão, teremos uma grande oportunidade de ir mais a fundo e tentar criar prioridades dentro do Governo. É importante criar essa cultura de priorização.

Aqui vemos as metas para 2019, 2020 e 2021. Em 2019, estamos programando 139 bilhões de reais de déficit; em 2020, 110 bilhões de reais; e em 2021, 70 bilhões de reais. O que nós temos são, de novo, déficits recorrentes.



Muitas vezes nos colocam: *“Mas a emenda do teto do gasto é insustentável”*. A emenda do teto do gasto é que hoje nos dá credibilidade para vivermos 8 anos de déficit, talvez 11 anos de déficit, e, mesmo assim, termos a situação em que hoje nos encontramos: inflação baixa e taxa de juros baixa. Ela é uma âncora de segurança para a situação fiscal do Governo.

Eu só trouxe aqui os parâmetros econômicos, porque, quando soltamos a LDO, os parâmetros que nós tínhamos eram de 15 de março. Obviamente, de lá para cá, esses parâmetros sofreram ajustes. Por exemplo, sobre a inflação, tínhamos uma estimativa de IPCA e de INPC. Hoje, a estimativa de inflação para o ano é diferente daquela que fizemos à época. Muito provavelmente, se pegarmos agora, talvez esteja menor do que a inflação que prevíamos lá. Mas, se eu fizer no mês que vem, provavelmente estará diferente de novo. Então, devemos esperar o fim do ano para eventualmente termos um pouco mais de certeza com relação a projeções.

Queremos apenas deixar claro que os parâmetros utilizados são os parâmetros de 15 de março. Vai haver alguma diferença se eu for estimar os mesmos parâmetros agora. Isso pode ter causado algum tipo de confusão, algum tipo de ruído, mas é natural que as projeções mudem ao longo do ano.

Eu acho que temos aí, sim, um grande desafio trazido para a CMO, trazido aqui para o Presidente, para o Relator da LDO e da LOA. Pela primeira vez na história, nós vamos ter que efetivamente nos defrontar com a regra de ouro. Portanto, é uma novidade para o Ministério do Planejamento, é uma novidade para os senhores.

A proposta que nos trouxemos foi até certo ponto exaustivamente conversada com o TCU, conversada com técnicos e consultores aqui da Câmara e do Senado. Obviamente estamos abertos a construir outros caminhos. Nós entendemos que essa é a melhor proposta, é a proposta que dá maior segurança ao próximo Presidente, que dá maior prazo para que ele adote as medidas necessárias para fazer um primeiro ano de mandato mais tranquilo. E, na nossa visão, é a proposta que sai naturalmente da leitura da Constituição.

O que nós estamos propondo? Vamos propor um orçamento, uma LOA, com todas as receitas, com todas as despesas. Não vamos reduzir despesas. O objetivo



é apresentar todas as despesas de forma a ser o mais transparente possível. Vamos condicionar algumas despesas àquilo que a Constituição fala, porque vai estar acima daquilo que a regra de ouro nos permite.

Na nossa projeção de março, eram 254 bilhões de reais. Eu tenho um problema de 254 bilhões de reais para o ano que vem. Nós vamos ver no próximo eslaide que esse problema já aumentou para 260 bilhões de reais. Então, eu tenho um problema grande em que preciso utilizar a Constituição.

O que a Constituição permite? Ela veda a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital. Então, eu vou ter 260 bilhões de reais que vão exceder as operações de crédito. Como é que eu faço isso? A própria Constituição me dá a saída, quando diz:

Art. 167.

.....

III - (...) ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

O que estamos prevendo é que, na LOA, vai haver um conjunto de despesas que vão estar condicionadas ao envio ao Congresso de um PLN para a emissão de dívidas para pagar aquelas despesas. Então, o Presidente, depois de tomar posse em janeiro, encaminhará um projeto de lei com essas especificidades da Constituição. Isso vai permitir que, no próximo exercício, o Presidente cumpra a regra de ouro e, eventualmente, aprove uma emenda constitucional que traga a regra de ouro não para ser punitiva, como ocorre hoje: “*Você descumpriu, e isso é um crime*”. Mais importante do que ser um crime, é criar os dispositivos para que aquele descumprimento da regra de ouro retorne no tempo. “*Eu descumpri.*” “*Então, você não vai poder fazer tais e tais coisas.*” Isso deve ser feito de tal forma que, com o crescimento do PIB, aquele descumprimento deixe de existir, 2, 3, 4 anos mais na frente, pode ser no período do mandato. Mas é importante que haja uma correção automática. Mais importante do que punir é isso ser corrigido, e essa correção tem que ser feita ao longo do tempo. Então, não se pode dar aumento; não se pode contratar, além daquilo que foi pedido de vacância; enfim, não se pode criar novos



benefícios. Isso quer dizer que tem que haver um conjunto de regramentos que conduzam à normalidade. Portanto, essa PEC da Regra de Ouro é de suma importância, até para que se tenha um instrumento de política fiscal que seja efetivo.

Estas são as nossas estimativas atuais da regra de ouro. Então, hoje, existe um problema ainda não resolvido de 182 bilhões de reais para este ano. Eu irei mostrar no próximo eslaide como nós iremos resolver isso. Este ano, entendemos que resolveremos a regra de ouro, mas, a partir do ano que vem, haveria 260 bilhões de reais, em que a margem de manobra é muito exígua. Em 2020, 300 bilhões de reais; em 2021, 228 bilhões de reais. É preciso mudar essa lógica da regra de ouro. Eu não posso ficar recorrentemente vindo ao Congresso, pedindo autorizações de um crédito especial para pagar uma dívida, para pagar uma obrigação. Por quê? Porque isso cria uma insegurança muito grande em relação ao atendimento daquela obrigação. Portanto, é preciso mudar essa lógica.

Como nós resolveremos o problema dos 182 bilhões de reais este ano? O BNDES — já há um cronograma de pagamentos — pagou 30 bilhões de reais, já antecipou esse valor no início do ano, em fevereiro, eu acredito. Há um cronograma estabelecendo que, até agosto, o BNDES devolverá outros 100 bilhões de reais. Então, dos 182 bilhões de reais, 100 bilhões de reais a mais virão do BNDES.

Há o Fundo Soberano, com 27 bilhões de reais, que era um dinheiro que estava só na conta única, ou seja, hoje ele já não faz mais diferença para o primário, mas é um dinheiro que pode ser utilizado para não emitirem novas dívidas.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento foi criado em 1980, em que se poderia optar por ter ações de empresas e não pagar Imposto de Renda. Ele foi extinto em 2010. Hoje, ele tem um recurso de 16 bilhões de reais, que está na conta única e também tem a mesma lógica do Fundo Soberano, não serve como primário, mas serve para não emitirem novas dívidas.

Cancelamento de Restos a Pagar não processados, então eles não foram empenhados, são de 20 bilhões de reais.

E há outras medidas. Um conjunto dessas está em consulta no Tribunal de Contas da União. Nós temos um superávit do FISTEL, em que o Tribunal de Contas já se manifestou, permitindo que o utilizemos para abater dívidas. Estamos agora em discussão com o Tribunal de Contas em relação aos superávits dos *royalties* de



petróleo, em que também estamos aguardando uma manifestação do TCU. Enfim, há um conjunto de medidas que o Governo ainda pode adotar este ano. A partir do ano que vem, nós não teremos, até porque várias já terão sido utilizadas este ano. Então, essa é uma margem estreita.

O último ponto para o qual eu queria chamar a atenção é com relação aos demais Poderes. Hoje existe uma regra que nos permite complementar o orçamento dos demais Poderes. Se nós olharmos ali, veremos que, em 2018, complementamos em mais de 2 bilhões de reais os demais Poderes: Poder Judiciário, 1,700 bilhão; Poder Legislativo, 247 milhões de reais; Defensoria Pública, 63 milhões de reais. Para o próximo ano há a estimativa de voltarmos a complementar o orçamento dos demais Poderes em 2,2 bilhões de reais. A partir de 2020, não existirá mais essa prerrogativa. O Poder Executivo não poderá mais complementar os orçamentos dos demais Poderes. Então, os demais Poderes terão que se ajustar, a partir de 2019, dentro das suas capacidades. Haverá ali um degrau que precisará ser olhado para os demais Poderes. Que medidas eles precisarão adotar para que, em 2020, estejam cumprindo a regra do teto do gasto? Esse é um ponto a se chamar a atenção. Acho que é um ponto para discutirmos aqui na CMO.

Era isso.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer, pedir desculpas pelo meu atraso e me colocar à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu queria agradecer ao Ministro Esteves Pedro e dizer que essa apresentação já está disponível na página da CMO.

Vamos dar continuidade aos trabalhos. Nós vamos ouvir agora os nossos Relatores, tanto o da LDO quanto o Relator Geral. Depois, franquearemos a palavra aos Parlamentares.

Fomos comunicados de que alguns questionamentos que foram feitos por esta Presidência serão respondidos depois, junto com os questionamentos dos Relatores e os de mais dois Parlamentares. Vamos fazer de cinco em cinco.

Tem a palavra o Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, o Senador Dalirio Beber, para fazer suas perguntas e considerações sobre o tema, por 5 minutos, mais 5, se precisar.



O SR. SENADOR DALIRIO BEBER - Gostaria de cumprimentar o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Deputado Mário Negromonte Jr.; o Relator da Lei Orçamentária, Senador Waldemir Moka; e, em especial, o Ministro Esteves Pedro Colnago Junior, bem como o Secretário George, que o acompanha.

Quero dizer que, depois da explanação do Ministro, muito pouco resta a ser perguntado para que um maior esclarecimento ainda possa ser prestado. Na verdade, a palestra e os gráficos apresentados dizem muito bem a situação em que nós nos encontramos de orçamento, de receita e de despesas que o Governo brasileiro vem executando. Mas, sobretudo, nós estamos vivendo um momento de dificuldade, com a responsabilidade de, nesta Comissão Mista de Orçamento, juntos, com toda a seriedade, com todo o empenho, encontrarmos mecanismos, tanto na Lei de Diretrizes Orçamentárias quanto, depois, na apreciação da Lei Orçamentária, que certamente será elaborada com este mesmo sentimento de preocupação por parte do Executivo. Aí, sim, nós ofereceremos, a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem, os instrumentos para que o futuro Governo possa dar continuidade à prestação do serviço que a sociedade brasileira exige de todos nós, homens públicos.

Portanto, mais do que Senadores, mais do que Deputados, nós somos servidores públicos, hoje reunidos para cumprir esta missão de escrever e de sinalizar no sentido de que possamos ter dias melhores.

Acho que já existiu o esforço no sentido de aprovarmos a emenda constitucional, visando exatamente a dar uma sinalização clara, concreta de que queremos diminuir o tamanho do Estado, para que ele continue cabendo dentro da carga tributária que é imposta à sociedade brasileira.

Mas nós chegaremos ao fim do ano 2018 constatando que talvez ainda tenhamos deixado de produzir algumas reformas estruturantes que pudessem fazer com que não tivéssemos o dissabor de enfrentar agora, na elaboração da peça orçamentária do ano que vem, a flexibilização de uma norma que foi inserida 30 anos atrás, em 1988, no art. 167, que fala exatamente em não comprometer, ou seja, endividar cada vez mais o País para sustentar apenas o custeio da máquina pública.



Eu havia até imaginado que deveríamos fazer esta pergunta em virtude destas dificuldades que surgiram há pouco dias com relação à essa movimentação, à greve, que impactou todos os setores da economia brasileira. A perspectiva e as considerações com relação ao crescimento do PIB passaram a ser diferentes. E há necessidade de aguardarmos mais alguns dias apara podermos saber, de forma firme, qual percentual de crescimento do PIB será considerado. Isso tem reflexo direto onde? Na arrecadação, que fará a contrapartida para o enfrentamento de toda a máquina, de toda a despesa que está projetada para o ano de 2019.

Acho que o assunto que mais vai gerar debates nesse período será com certeza essa flexibilização, que, a meu ver, como ficou claro pela manifestação do Ministro, é o desejo de sermos cada vez mais transparentes, por um imperativo da sociedade. Não adianta nós escamotearmos dados para permitir a criação de um cenário que se mostre promissor, favorável, se, na verdade, isso não existe. Ou seja, precisamos tratar os números como verdadeiramente são.

Mas eu gostaria de perguntar ao Ministro se existem, além desse desejo de fazer o enquadramento de todo o tamanho da despesa pública para o ano que vem, algumas medidas que possam fazer com que nós não precisemos ir tão longe numa flexibilização, no caso da regra de ouro, ou seja, da diminuição das despesas. Eu sei que as despesas obrigatórias estão chegando a 98% do Orçamento. Parece-me não existir o menor espaço para que isso seja discutido, mas de onde efetivamente ainda podemos fazer cortes, para não pensarmos em aumentar a carga tributária?

Por aquilo que também disse o Ministro, não existem outros ativos a serem buscados. Está-se buscando tudo neste ano, para não termos que avançar nessa discussão de uma flexibilização da regra de ouro já no exercício de 2018, em função até dessa devolução do BNDES e de outros fundos que foram extintos e que estão sendo aproveitados. Todos os ativos foram usados nesses últimos anos para permitir que não tivéssemos que discutir esse assunto. Mas o que ainda poderemos fazer ou pelo menos deixar sugerido para que, no ano que vem, o Executivo, o Legislativo e os demais Poderes auxiliem nessa superação?

Por fim, quero dizer que nós estamos todos comprometidos. Queremos estar juntos, porque, na verdade, essa situação nos compromete a estarmos unidos para fazermos o enfrentamento dessas dificuldades, a fim de superá-las.



E não adianta pensarmos única e exclusivamente na Lei Orçamentária para 2019. Nós temos que pensar que 2019 vai se repetir em 2020 e que 2020 vai se repetir em 2021, ou seja, vai haver uma repetição de dificuldades, se nós não fizermos algo já em 2018, de repente no âmbito do Congresso, e, sobretudo, se não deixarmos sinalizações claras sobre aquilo que deve ser feito a partir do exercício do ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço as palavras, as considerações e os questionamentos, do nosso querido Relator Dalirio Beber. Eu tenho certeza de que S.Exa., um homem muito importante para nós aqui na Comissão, fará um grande relatório.

Agora concedo a palavra ao nosso Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2019, o Senador Waldemir Moka, talvez um dos homens mais importantes desta Nação hoje.

O SR. SENADOR WALDEMIR MOKA - Eu diria que talvez eu seja o homem que vai ter o maior peso nos ombros até o final do ano, porque a exposição do Ministro Esteves Pedro Junior, a quem eu quero saudar, o quadro que ele apresentou, de forma realista, mostram, no primeiro trimestre, que talvez possa ser o melhor trimestre deste ano. Tomara que não, mas, se levarmos em conta o que aconteceu agora, nos últimos 10 dias, certamente o segundo trimestre vai ser pior do que o primeiro trimestre, até porque o primeiro trimestre mostrava uma reação, como S.Exa. indicou.

Eu quero cumprimentar o nosso Presidente Mário Negromonte Jr., e o meu amigo Senador Dalirio Beber, que é o Relator da LDO, a quem caberá, na minha avaliação, já de início, cumprir exatamente a função da Lei de Diretrizes Orçamentárias e superar a dificuldade que esta Comissão terá para fazer o Orçamento.

Quero lembrar que eu passei por esta Comissão há exatamente 8 anos, sentado na cadeira do atual Presidente Mário Negromonte Jr., num Governo de transição. Então, nós também precisamos levar em conta que vamos fazer o Orçamento para um Governo que, neste momento, nós não temos nem condições de avaliar como vai ser. Por isso, o bom senso nos mostra que devemos fazer — pelo menos é o que eu penso — o Orçamento mais realista possível, com critérios



absolutamente claros e transparentes, para que não haja nenhuma dúvida e sem nenhum tipo de subterfúgio em receitas, como V.Exa. já colocou — não podemos incluir no Orçamento receitas que não existem, mas que podem acontecer. Não vamos nos basear nisso.

Como Relator-Geral do Orçamento, eu espero a compreensão e a ajuda dos Relatores Setoriais nesse sentido, porque é aos Relatores Setoriais que chegam as principais demandas. Junto ao Presidente e ao Relator Dalirio, eu quero ter o bom senso de, antes de fechar o Orçamento, se possível, ter um contato com o futuro Governo, para ver se realmente o Orçamento que esta Comissão vai apresentar é o que eles querem. Nós não precisamos fazer isso, se não quisermos. Mas eu até, em outra oportunidade, vou consultá-los. Eu fiz isso da vez passada: como Presidente desta Comissão, apresentei o Orçamento; houve alguns ajustes; e nós votamos o Orçamento dentro do ano com tranquilidade.

Eu acho que isso é importante. Os números foram aqui colocados até março. Insisto em que se pudéssemos fazer uma projeção no sentido que o ano continuaria desse jeito, eu não estaria tão preocupado. Sinceramente, Presidente, acho que nós chegaríamos até a uma situação bem melhor do que essa do primeiro trimestre. E algo pode acontecer.

Realmente o que aconteceu necessariamente deve despertar o Brasil para os prejuízos que esse tipo de paralisação causa. Não estou criticando o movimento dos caminhoneiros. Aliás, ele não é novo. Há 2 anos e meio, como Senador, eu ajudei a mediar uma greve de caminhoneiros. Então, não é uma coisa nova. Acho que o Brasil errou há 40 anos, 50 anos, quando optou por um sistema modal rodoviário e esqueceu o sistema ferroviário. Ficar sempre na mão de um único sistema modal, na minha avaliação, foi um erro. Mas ninguém esperava também que o barril do petróleo, que custava 30 reais, passasse a custar 80 reais, com a disparada do dólar.

Essas coisas que todos nós conhecemos trouxeram prejuízo, e esse prejuízo vai aparecer, e, segundo relatos que já ouvimos, não será um prejuízo pequeno; vai ter um importante impacto.

Então, caro Presidente, a minha fala é, primeiro, cautelosa. O que eu posso dizer aos Relatores Setoriais é que terão deste Relator-Geral um critério. Certo ou



errado, nós vamos ter critério. E eu espero que ele seja definido entre os Relatores Setoriais. Vamos fazer um relatório que seja absolutamente transparente, porque é exatamente isso o que vai dar a esta Comissão, ao final, a seriedade e a credibilidade para mostrar: *“Olhe, fizemos um relatório realista, com números absolutamente reais. Esta é a situação do nosso País orçamentariamente falando”*.

O Governo vai, então, dizer se quer alguma mudança ou não. Eu acho que é uma grande oportunidade também — aí vai depender do Relator de diretrizes orçamentárias — de mostrar um norte, de já traçar um norte do País que nós queremos, do tamanho do País que nós queremos, do que é prioridade em termos de gasto para este País. Está na hora de este País tomar consciência do que está acontecendo: a cada ano, tomamos dinheiro emprestado para pagar a nossa conta. Ou seja, o que nós arrecadamos não é suficiente para pagar a dívida. Nós pagamos juros da dívida com dinheiro emprestado. Desse jeito, vai chegar uma hora em que este País não vai mais ter condições de fazer isso.

As regras que tanto se criticam são as regras que dão, segundo o nosso próprio Ministro, credibilidade para, apesar dos 5 anos de recessão, mostrarmos uma economia pelo menos estável — e por estável eu quero dizer: capaz de receber investimentos e capaz de ter uma diferença entre o dinheiro que entra e o que nós temos que pagar.

Eu acho que isso é uma demonstração da seriedade e, na verdade, essa chamada regra de ouro, na minha avaliação, é uma regra muito importante, porque eu não conheço ninguém que sobreviveu gastando mais do que arrecada. Eu não conheço; não existe isso. Nós vamos ter que nos adaptar a essa realidade. Mas a custo de quê? De sacrifício? De sacrifício. Mas o sacrifício, quando feito com critério justo, eu acho que a população é capaz de entender. É duro, é difícil quando se quer fazer cortes ou usar critérios que a sociedade acha profundamente injustos. Aí você começa a ser contestado em função do tipo de gasto que o Governo faz e do que está fazendo. Se o que está fazendo aumentar o nosso déficit é um tipo de gasto de má-qualidade, a hora é esta de melhorarmos a qualidade do gasto do Governo deste País.

Muito obrigado pela atenção, Ministro. Espero que V.Exa. possa nos ajudar, com a sua experiência, com a sua vivência, a elaborar um bom Orçamento. Eu



tenho humildade o suficiente para consultá-lo, para conversar, a fim de que possamos fazer, assim como os Relatores Setoriais e a Comissão como um todo, um relatório o mais realista possível e o mais justo para com a sociedade. Afinal de contas, nós estamos aqui representando toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Nobre Relator Moka, tenha a certeza de que esta Presidência tem total confiança aos critérios que V.Exa. já vem adotando e adotará para a condução dos trabalhos na relatoria, assim como também tem total confiança aos trabalhos que se iniciam com o Senador Dalirio Beber na condução da LDO.

O Ministro nos informou que foi chamado para tomar uma decisão urgente, e nós vamos precisar encurtar um pouco esta reunião — ele precisa chegar a outra reunião às 16h30min.

Vamos fazer o seguinte: ouviremos todos os Parlamentares e, depois, o Ministro, rapidamente. Quero contar com a participação e tolerância de todos para que possamos trabalhar o mais rápido possível.

De qualquer modo, o Ministro vai ser uma figura muito presente aqui na Comissão. Vamos ter outras oportunidades de contar com a sua presença. Esta é uma audiência que tem que ocorrer de praxe nesta Comissão, antes de iniciarmos os trabalhos.

Quero passar a palavra ao Deputado Gilberto Nascimento, para que faça suas considerações.

Podemos estabelecer 2 minutos para cada orador, para podermos ouvir as respostas do Ministro.

O SR. DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO - Serei muito breve.

Quero inicialmente cumprimentar V.Exa. e o Ministro Esteves.

Quero começar com o que disse o Senador Moka, e o que eu perguntaria logicamente ele já acabou comentando, que acho que é o ponto crucial. É claro que nós não temos mais hoje, Ministro, mais capacidade contributiva — a população brasileira não tem mais capacidade contributiva. Porém, o que nós observamos é que, além de todas as despesas, que levam ao déficit primário, conforme V.Exa. aponta, as despesas do Governo vão subindo — por exemplo, o déficit de 2020



poderá chegar a 260 bilhões. Isso, logicamente, é uma preocupação para todos nós. Portanto, V.Exa. tem hoje um papel muito importante.

No momento em que nós estamos precisando, a cada dia, arrumar dinheiro emprestado para pagar os juros — não é nem a dívida — e vamos nos endividando, como já foi dito aqui pelo Senador Moka, que é a voz da experiência nesta Casa há 40 anos, a única pergunta que eu faço é: aonde nós vamos chegar, tendo em vista que nós hoje já estamos, segundo a sua assessoria, pagando quase 400 bilhões de juros por ano?

Eu acho que nós vamos ter, para pagar juros, que apertar os cintos, reduzir uma série de programas, e, com isso, reduzir o nosso crescimento. Então, eu gostaria de saber: qual é a saída? Vender patrimônio? Fazer o quê? Pelo que me parece, os juros crescem a cada dia em uma tamanha velocidade que nós não conseguimos mais controlar.

Fica a nossa pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Relatores, falarei rapidamente.

Primeiro, uma indagação, Sr. Ministro, em relação à forma como foi enviada aqui a LDO deste ano, que não leva em consideração as emendas de bancada estadual, que foram impositivas nos anos anteriores. Essa será a prática deste ano? Se for, já é uma forma de se fazer economia.

Outra questão que eu acho relevante é o fato de que as emendas parlamentares receberam o acréscimo de uma taxa imposta pela Caixa Econômica que beira 11%, 10% — e para isso era necessária uma discussão com o Parlamento. Hoje me parece que o Presidente veta essa emenda, que foi apresentada pelo Deputado Nilson Leitão em um projeto de lei que tratava da LDO. Então, indago se essa também vai ser a praxe do Governo.

Em relação ao déficit, à regra de ouro, o quadro que V.Exa. nos apresenta mostra que, de forma progressiva, até 2021, ele aumentará, e que nós chegaremos ao ápice em 2020, com 307 bilhões de déficit. Em 2021, ele decrescerá para 228



bilhões, e esse seria o último ano de déficit, conforme estimativa do Governo. A partir de 2022, nós zeraríamos o déficit.

Como isso seria possível, sem a reforma previdenciária, sem a reforma tributária, sem a reforma para a diminuição do tamanho do Estado? Que mágica será feita para que esse déficit de 228 bilhões desapareça no ano subsequente?

Por fim, para a projeção que o Governo faz do Produto Interno Bruto, que está dentro da LDO e das receitas, qual é a variação que vocês estimam? Sei que está muito recente o assunto, em função, inclusive, como disse o Senador Dalirio Beber, dessa questão do subsídio que o Governo está colocando para o óleo *diesel* já em 2018. Indago se isso está dentro do déficit estimado e também qual será o impacto na economia como um todo dos acontecimentos desses últimos 10 dias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Com a palavra o Deputado Covatti Filho.

O SR. DEPUTADO COVATTI FILHO - Presidente, parabênzico pela explanação esclarecedora o Ministro Esteves.

Eu inicio minha intervenção dizendo que considero bom ressaltarmos uma conversa que tivemos nos bastidores.

Deputados e Senadores temos uma responsabilidade muito grande, Senadores Moka e Dalirio, de analisar, sim, o tamanho do Estado, e, como Parlamentares, de fazer uma análise do tamanho do Legislativo, do Judiciário e também dos outros Poderes e do impacto disso sobre essa questão de Orçamento, para darmos uma resposta à sociedade.

Senador Moka, acompanhamos muito o seu empenho nessa questão dos caminhoneiros, mas nessa última manifestação não foram só os caminhoneiros que foram para as ruas, mas a sociedade inteira, por causa dos altos impostos que estamos pagando.

Nessa linha, eu estava fazendo uma análise com base numa reportagem de *O Estadão* que dizia que o Tribunal de Contas da União afirmou que 44% dos benefícios fiscais não têm controle.

Nós ficamos preocupados, porque a estimativa deste ano para benefícios fiscais chega a 284,8 bilhões de reais. Isso nos deixa apreensivos. Vemos várias matérias sobre a Vale devendo isso para o Governo Federal; vemos as empresas



estatais, isso e aquilo. Também temos esse mecanismo que pode ajudar nesse processo. Eu acho que temos que ter um olhar sobre isso.

Gostaria que o Ministro comentasse essa questão da reportagem, porque é de suma importância termos essa análise, para conhecimento nosso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Com a palavra o Deputado Diego Andrade.

O SR. DEPUTADO DIEGO ANDRADE - Presidente, Ministro, vemos com muita preocupação essa apresentação. Acho que fica claro que nós estamos diante de um problema quase que sem solução: um Estado monstruoso que está consumindo todos os recursos. A sociedade não aguenta mais.

Basta olharmos para o passado para vermos o futuro. No passado, em Minas Gerais, Tiradentes morreu por causa do quinto, que era 20% de tributos. Hoje nós temos tributos que a sociedade não aguenta mais pagar. Reações como essas dos caminhoneiros são fruto disso. Temos uma Câmara extremamente cara, um Judiciário extremamente caro, justiça Militar, Tribunal de Contas, Tribunal do Trabalho, que antes da reforma trabalhista já custava três vezes mais do que os acordos que ele promovia.

Nós temos que tirar desta Comissão, talvez para o próximo Governo, os passos, o que fazer para diminuir essa máquina pública. Os sinais estão dentro desta sala. Vejam ali: há um jovem segurando uma placa "*Nomeia INSS*".

O que nós estamos dizendo todos os dias para os nossos jovens? "*Não empreenda, não. Vá fazer concurso público, que é bom negócio*". E o jovem faz, porque nós dizemos isso aqui: para ganhar estabilidade, para ter uma aposentadoria maior, para ter um salário acima da média. Depois que passou no concurso, ele vem aqui pedir para ser nomeado. E ele não está errado, não. Errado somos nós que defendemos este Estado monstruoso.

Ministro, eu sei de seu currículo. V.Exa. tem um currículo brilhante. Mas não há um gênio que ocupe esse Ministério e dê solução para isso, se estiver todo amarrado. Não está na hora de nós fazermos uma nova constituinte? Será que ainda é preciso ter estabilidade o servidor público?



O metrô do Rio de Janeiro deixou de funcionar; foi privatizado; mas ainda tem um prédio com 500 funcionários da estrutura da CBTU e várias outras estruturas. Disseram-me que nos últimos Governos dezenas de estatais foram criadas, todas dando bilhões de prejuízo. Para que isso, Ministro? Apresente-nos esses pontos no relatório e terá o nosso apoio.

Nós temos que falar a linguagem das ruas. Nós temos que diminuir o custo da máquina pública. Ou nós vamos esperar pouquíssimos anos para consumir os 98% só com o custeio da máquina, sem um centavo para comprar remédio, sem investimento? Como disse o Senador, como vamos investir em ferrovias com um orçamento desses, com uma máquina pública que mais parece um elefante ineficiente?

Para alguns partidos de esquerda que cresceram colocando o trabalhador contra o funcionário hoje a ficha caiu. Hoje, o funcionário dá a mão para o seu patrão e fala: *“Você é um herói, porque está pagando os meus boletos e mantendo o meu salário, enquanto o Estado é corrupto e ineficiente”*.

Eu fico muito feliz quando vejo seu esforço, Presidente Mário, pela sua juventude, porque eu tenho certeza de que V.Exa. tem essa visão também. Vamos ajudar o Ministro! Vamos ajudar a elencar os pontos para, quando o próximo Governo chegar, fazermos as votações necessárias para tornar o Estado menor, a começar com esta Casa dando exemplo, reduzindo repasses, reduzindo custos. Nós temos que fazer isso. Ou vamos esperar outro Tiradentes? Quem sabe ele não está lá no meio dos caminhoneiros? Houve gente que morreu com pedrada; Tiradentes morreu na forca.

Então, esta é a primeira reunião de que estou participando — já foram eleitos os Vice-Presidentes e os Presidentes —, e acho que esse deve ser o nosso foco. Não dá mais para termos um Estado tão grande e ineficiente! Não dá mais para os jovens mais brilhantes das faculdades, todos eles, a maior parte deles, aqueles que têm as melhores notas, estarem estudando para concurso público, porque é um péssimo negócio empreender no Brasil. O bom negócio é ser funcionário público. Vamos diminuir este Estado, porque ele é ineficiente! Essa é que tem que ser a nossa principal diretriz nesta Comissão.



Conto, Ministro, com as suas orientações. O que nós Parlamentares temos que fazer? Instalar uma nova constituinte? Acabar com a estabilidade do servidor? Quando uma empresa não funciona mais, quando a empresa está quebrada, o sujeito não é demitido? Por que da máquina pública não é? Por que eu sou obrigado a manter um sujeito e ineficiente e lhe dar estabilidade? Tudo bem para o juiz e o promotor, porque não podem ser transferidos de local, mas, se se fechar uma repartição pública, por exemplo, para que manter toda a sua estrutura de pessoal? *“Meu amigo, muito obrigado.”*

O que é um concurso público? Nada mais é do que uma seleção para o sujeito começar a trabalhar. Mas no Brasil, não; é a garantia de uma vida perene, acima da sociedade. Mas a conta não está fechando. Se não virarmos essa roda, vamos virar uma Venezuela — se já não estivermos virando.

Ministro, este é o apelo que eu lhe faço, pedindo-lhe que nos apresente ponto a ponto do que devemos fazer. É a Previdência? Vamos encarar de frente! É vender estatal que não funciona, que só dá prejuízo? Vamos encarar de frente!

É isso que nós temos que apresentar aqui, porque, senão, vamos ficar iguais àquele pai de família que está gastando muito e diz para a família que o salário vai melhorar. Confiando no crescimento econômico, acha que a arrecadação vai melhorar. Tudo bem se melhorar, mas não podemos ficar contando com isso, não. Nós temos que contar com a realidade, e a realidade é que a máquina pública é pesada e ineficiente e, por isso, precisamos mudá-la imediatamente.

Portanto, contamos com a liderança dos senhores que estão na Mesa. Contem com conosco!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Muito obrigado, Deputado Diego Andrade. Parabéns pelas palavras! Comungo com boa parte, com 90% ou até 100% do que V.Exa. falou.

Tenho certeza de que vamos lutar, porque precisamos realmente cortar na nossa carne aqui, diminuir o orçamento desta Casa e do Senado. Isso deve partir de nós. Depois, diminuámos o orçamento dos outros Poderes. Acho que esse é o caminho.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Monti.



O SR. DEPUTADO MILTON MONTI - Presidente Mário Negromonte Jr.; Senadores Dalirio Beber e Waldemir Moka, nossos Relatores; Ministro; colegas Deputados e Deputadas, eu quero dizer que a situação realmente é difícil.

O Moka tem experiência em transição e por isso acho que vai ser muito útil a sua relatoria neste ano, que também é um ano de transição.

Caro Presidente, eu acho que esta Comissão precisa começar a ter noção daquilo que nós decidimos há 1 ano e meio relativo ao teto de gastos. Nós fomos criticados por aquela decisão, mas o teto de gastos significou dizer: *“Olha, você vai arrecadar 100 e vai gastar 100”*. Onde serão gastos os 100 nós é que temos que dizer aqui. Nós é que temos que cuidar da melhora do gasto público.

Quando houve a crítica: *“Vão retirar dinheiro da saúde, retirar dinheiro da educação, retirar dinheiro dos programas sociais”*, esqueceram-se de que essa é uma decisão do Congresso Nacional. A única coisa que o teto disse foi: *“Não dá mais para continuar gastando mais do que nós estamos arrecadando. Assim, entramos numa espiral sem fundo”*. E isso já foi feito.

No entanto, esta Comissão ainda não exerceu na sua plenitude a segunda etapa daquela decisão, que é discutir em profundidade onde serão gastos os recursos previstos no orçamento. Se temos 100 para gastar, onde serão gastos? Qual é a nossa prioridade? Como fazer com que o País cresça, se desenvolva e tenha melhores condições de crescimento econômico e situações de melhora social para a população? É isso que nós temos que fazer aqui.

Essa é a segunda etapa daquilo que foi decidido. Por isso eu votei favoravelmente; na expectativa de que nós passemos a ter uma Comissão de Orçamento de verdade, como há em países desenvolvidos.

Eu participo desta Comissão há 20 anos — é o tempo em que eu estou nesta Casa. Nós costumávamos dizer nos bastidores ou às vezes até publicamente o seguinte: *“O orçamento é uma peça de ficção”*. Nós nos acomodávamos com isso, porque esticávamos de lá, esticávamos de cá, e acabávamos fechando a conta, mas de forma irreal. Hoje, há uma determinação de que não podemos gastar mais do que arrecadamos, fruto da emenda constitucional do teto de gastos. Basta agora esta Comissão, com altivez, cortar do que for necessário, inclusive da própria estrutura.



Basta que esta Comissão estabeleça quais serão as prioridades para o País, para que ele alcance seus objetivos.

Quero cumprimentar o Presidente — sei que a Comissão está em boas mãos, por conta de sua juventude — e as relatorias da LDO e da LOA, que estão a cargo dos nossos queridos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço as palavras do nosso querido amigo Milton Monti.

Quero dizer que governo que gasta mais do que arrecada não é de direita nem de esquerda; é incompetente mesmo. Hoje em dia, temos que buscar trabalhar em cima disso.

Concedo a palavra ao Deputado Waldenor Pereira, da nossa Bahia.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, boa tarde.

Cumprimento de forma especial o Ministro Esteves Pedro, do Ministério do Planejamento, e sua equipe.

Sr. Presidente, eu, que já participei desta Comissão por três vezes — esta é a minha quarta participação —, confesso que estou estarrecido e atônito com as manifestações que ouvi até agora dos meus colegas Parlamentares.

Quero reconhecer o esforço do Ministro Esteves Pedro na apresentação dos dados relativos à sua função como Ministro de Estado, mas os dados são irrefutáveis, revelam claramente o fracasso da política econômica do Governo ilegítimo de Michel Temer.

Eu não me deterei a todos os dados, mas, dentre eles, quero destacar o crescimento das dívidas bruta e líquida. Em 3 anos, a dívida líquida cresceu de 35,6% para 56%, e a dívida bruta, de 56% para 74%.

Sr. Ministro, o destaque que V.Exa. fez sobre a inflação e sobre os juros se explica muito mais pela redução da atividade econômica e pela profunda recessão vivida pelo nosso País. Eu sou economista, embora eu não precisasse ser para ver que economistas de diferentes vieses ideológicos, vamos dizer assim, pensam o mesmo.

Ontem inclusive eu assisti a uma entrevista da *Globo News* com o Marcos Lisboa, um economista defensor do neoliberalismo, chamando atenção para o fato



de que o Governo Michel Temer é um Governo fraco, que não foi capaz, nesses 2 anos do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff, de responder aos anseios e às grandes demandas do povo brasileiro, apresentando um projeto e uma política econômica que fossem capazes de promover, de fato, o crescimento econômico do País.

Os colegas só falam em cortar gastos, cortar gastos e adequar o orçamento através de cortes, e não em crescimento econômico do nosso País. É lamentável isso!

Respeitosamente, eu me dirijo a V.Exa. e aos colegas para dizer que, com o golpe que foi implementado no País, apresentaram a promessa de tomar uma série de decisões que promovessem o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico do nosso País. Entretanto, nesta reunião de hoje, lamentavelmente, nós só estamos ouvindo e debatendo lamúrias, decepções a respeito do que foi feito pelo Governo Michel Temer.

Nós realmente esperávamos, ainda que tenhamos sido contrários ao golpe e, é claro, tenhamos condenado firmemente o golpe parlamentar institucional praticado no nosso País, que a política econômica adotada pudesse resultar em indicadores que realmente revelassem o crescimento do emprego e da renda e a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro. Isso, no entanto, não é o que os dados que V.Exa. apresenta revelam, mas, sim, a recessão, a estagnação econômica, o crescimento da dívida bruta e da dívida líquida e uma perspectiva futura, como V.Exa. apresentou, muito preocupante de crescimento e aceleração da dívida, de crescimento e aceleração de alguns indicadores que se revelam motivo de muita preocupação para nós que somos Parlamentares e para o povo brasileiro como um todo.

Eu queria pedir desculpas a V.Exa. É um desabafo verdadeiro, sincero, mas também respeitoso, porque os indicadores apresentados são de fato muito preocupantes e devem servir inclusive de avaliação para aqueles que foram os patrocinadores do golpe e que prometeram ao povo brasileiro, com a reforma trabalhista, com o teto de gastos, com a mudança das regras do pré-sal, entre outras medidas maldosas e perversas, um outro cenário um outro panorama para a economia brasileira, e não esse que V.Exa. nos apresenta aqui no dia de hoje.



Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Está certo.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence, baiano também.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Boa tarde, senhoras e senhores.

Boa tarde, Presidente Mário Negromonte!

Eu quero saudar o Ministro Esteves Pedro; o Senador Waldemir Moka, Relator-Geral do Orçamento; o Senador Dalirio Beber, Relator da LDO; e Jorge Soares, Secretário do Orçamento.

Ministro, eu vou tentar tocar em quatro pontos.

Primeiro quero dizer que sob a coordenação do Presidente Mário Negromonte, do Senador Moka e sua, Ministro, nós temos que nos debruçar sobre o Orçamento. O Brasil precisa disso. Talvez a primeira reforma que deva ser feita seja a reforma do Orçamento.

Eu estava na Comissão de Licitações. Lá se cogita, Senador Moka e Ministro — a Comissão está discutindo um texto do Senado —, aumentar para 30% o seguro de licitação de grandes obras, para tentar impedir a paralisação de obras.

O último relatório em que o Tribunal de Contas se debruça sobre o tema identifica como menos de 1%, se não me falha a memória, a paralisação de obras por inadimplemento das empresas, que é o que será coberto pelo seguro. A estimativa é de um incremento de 7 bilhões, no mínimo, para segurar as novas obras a serem contratadas pela União. Nós não estamos falando nem, digamos assim, do custo consolidado do Estado brasileiro para novas licitações. E a maior causa de atraso nas obras é a descontinuidade de desembolso do Orçamento da União, entre eles, por ausência de planejamento. E, quando há planejamento, há descontinuidade em decorrência da Emenda Constitucional nº 95, de 2016.

Esse é o primeiro ponto. Nós precisamos fazer uma reforma do Orçamento público. O Estado brasileiro precisa definir o que é prioridade, pode ser na saúde ou na estrutura logística, para buscar competitividade sistêmica. Tem que haver execução! Foi assim que surgiu o PPI, Senador Waldemir Moka, e, depois, o PAC. Mas o que aconteceu? Tudo virou PAC e tudo virou prioridade. Mas nós temos que identificar o que é prioridade. No que é prioridade, autorizado o início, tem que ser garantida a conclusão, porque senão o custo para o poder público, para o Estado,



para a União, quando com recursos da União, acaba sendo muito maior do que a própria execução da obra.

Então, é uma falácia a tese de que apenas cortar gastos com a PEC do Teto nos Gastos Públicos, a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, garante saúde fiscal para o Estado. Aqui os números, Ministro — eu vou tentar ser sucinto e não vou citar — apresentados por V.Exa. Nós temos queda de arrecadação! Há um crescimento da dívida bruta e da dívida líquida, como destacou o Deputado Waldenor Pereira!

O que está em questão? Com o desinvestimento público — mesmo a SELIC estando baixa, a taxa de juros e o dólar estão altos, fatores não controláveis pelo Governo —, decidimos que a União tem que desembolsar recursos para ressarcir os custos da PETROBRAS. Aí há uma decisão de baixar o tributo sobre o *diesel*. Mas nós temos várias outras demandas de desoneração, ou de subsídio, como para a exportação, o crédito da agricultura familiar e o crédito da agricultura empresarial, que nós não podemos ignorar e que requerem receita, desembolso público.

Eu sou um defensor convicto da nova política econômica. O que nós fizemos? Nós aumentamos a renda do trabalho e o nível de emprego e nós abaixamos a taxa real de juros — não só a SELIC. A inflação só subiu por causa do excesso de demanda. Hoje, a inflação está caindo por ausência de demanda, por causa da recessão; porque a qualidade de vida do povo brasileiro está caindo. Em 2014, nós tivemos o maior poder aquisitivo dos salários e o menor desemprego da série histórica.

Então, Ministro, ninguém tem mais dúvida hoje de que a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, não vai sobreviver ao prazo previsto em lei. Já nos próximos anos, ela vai começar a cair.

V.Exa., na apresentação, previu — está estimado no PLDO — um déficit de 254 bilhões. Entretanto, não nos foi apresentada a metodologia de apuração, nem a memória de cálculo. É um desafio definir o que nós vamos fazer com a regra de ouro, porque senão vai virar um círculo vicioso, e nós vamos aumentar o desinvestimento, reduzir a qualidade do serviço público, reduzir a cobertura e contribuir para a recessão, porque sem investimento público em um País como o Brasil, não há investimento privado — não adianta fazer um discurso de todo liberal nem de todo de Estado máximo, digamos assim. Nós temos que buscar o equilíbrio.



Eu quero, por gentileza, pedir a V.Exa. que, se possível, se debruce sobre esse questionamento: como nós vamos debater a metodologia de apuração e a memória de cálculo desse déficit previsto? Como nós vamos tratar o tema da regra de ouro no PLOA e, eventualmente, no PLDO?

Nós temos um tempo muito exíguo, pois demoramos a instalar a CMO. Eu entendo. É da política. Agora, há um desafio monumental que é enfrentar esse calendário, como disse o Senador Waldemir Moka, nos ensinando, buscando o consenso necessário para não deixar o País sem a aprovação das leis que lhe são fundamentais como a LDO e a LOA.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Para concluir as interpelações dos Deputados e Senadores, concedo a palavra ao Deputado Claudio Cajado, também da Bahia. Há uma turma boa da Bahia aqui!

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Para variar, não é, Sr. Presidente?

Cumprimento V.Exa.; o Senador Dalirio Beber, Relator da LDO, objeto desta audiência pública; o nobre Senador Waldemir Moka, Relator-Geral do Orçamento — a V.Exa. cabe a solução de tudo o que nós estamos discutindo aqui (*riso*) —; o Ministro do Planejamento, Sr. Esteves, pela atenção a esta Comissão; o nosso querido George, Secretário de Orçamento Federal; e todos os membros desta douta Comissão, Senadoras e Senadores, Deputadas e Deputados.

De fato, alguns Parlamentares usaram da palavra. E um que eu tive a oportunidade de ouvir, já que eu fui rapidamente a uma audiência e retornei, disse que está aterrorizado com o que ouviu. Nós também! Não é só a Oposição, o próprio Governo também está muito preocupado com as contas públicas.

E o que foi enviado pelo PLOA, na página 39, está muito claro no quadro de metas de resultado primário de 2017 a 2021 e respectivos componentes. Está aqui exposto: receitas primárias líquidas, despesas, resultado primário, resultado do Tesouro e resultado da Previdência Social.

Das duas, uma, Ministro: ou os números estão errados, ou eu não sei mais o que é soma e diminuição, questão de matemática. Por quê? Porque, se não há uma contestação dos números, eu penso que nós ficamos muito no discurso e sem o fundamento principal de que o Governo está gastando mais do que arrecada. Ponto!



Aí muitos dizem: “Então vamos cortar”. Está bem. Apresente onde. Diga onde vai cortar! Vai tirar das políticas sociais? Vai tirar do pagamento de juros? Vamos passar a fazer calote? Vamos deixar de aplicar na educação ou na saúde?

Hoje, houve aqui uma audiência pública, Ministro, dos 30 anos do SUS. É um balzaquiano, não é? Ao exemplo de viver a vida toda infeliz, aos 30 anos, descobriu o amor. Vamos ver se damos solução ao SUS para melhorar o seu desempenho, mas houve, neste ano, um corte de quase 500 milhões do orçamento do Ministério da Saúde. Não há como!

Então, hoje, nós estamos com uma dificuldade enorme. Penso, Ministro, que nós temos que achar uma solução conjuntamente. E não adianta mais fazermos o que estamos fazendo: colocar a poeira debaixo do tapete. Essa é a realidade. Agora, a questão é assumirmos uma postura de discussão séria e nas várias vertentes de onde o Orçamento da União deva ser priorizado e não deva ser priorizado. Qual é a menor prioridade? Essa é a questão. Se pudermos fazer como nós estamos aqui, pela exposição de V.Exa., com déficits... Eu lhe confesso, inclusive, que fiquei até em dúvida. Eu estava conversando com o Deputado Rogério Marinho.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Não chega a tanto. E eu vi que o déficit para este ano aumentou. Nós votamos um déficit de 159 bilhões de reais. Já está em 181 bilhões de reais. É isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - A regra de ouro? Certo. Mas o déficit que nós votamos de 159 bilhões de reais permanece? *(Pausa.)*

Mas nós estamos com déficits contínuos. Estamos rolando a nossa dívida. Não conseguimos pagar as contas. Como se dizia antigamente no interior da Bahia, Senador Moka, o haver está menor que o dever. Quer dizer, entra menos do que sai. A dívida do País está sendo rolada sem ser paga? É isso, claramente?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Paga com novos empréstimos? Pois é, veja a situação em que nós estamos.



O Deputado Nonô, conterrâneo, é economista. Eu gostaria de um particular para que S.Exa. me explicasse como solucionar isso. Não é fácil. E eu penso que qualquer candidato que assumir a Presidência do País, pela explanação de V.Exa., vai ter que se debater com essa questão.

E uma coisa nós temos em mente: aumento de impostos não passa nesta Casa. Historicamente, renovam-se 50% ou 40% dos Deputados e Senadores. Eu não sei se os que chegarem terão pensamento diferente. Mas, se nós temos dificuldade em cortar os programas e as despesas hoje e não podemos aumentar receita, sinceramente, Senador Moka, só o seu brilhantismo pode dar uma solução. Se não vamos aumentar a receita criando novos impostos e não vamos cortar a despesa, porque tudo é prioridade, como solucionar essa equação?

Ministro, eu queria parabenizar V.Exa. pela exposição e pelo cargo no Ministério. Conte conosco na função de colaboradores permanentes, para que, alcançado um equilíbrio mínimo, não deixemos de lado as políticas públicas necessárias para o desenvolvimento do País e o encontro com o viés social que nós tanto perseguimos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Dando seguimento à audiência pública, encerradas as interpelações de Deputados e Senadores — foram feitas nove perguntas, além daquelas feitas pelos Relatores e por esta Presidência —, passo a palavra ao Ministro.

Fique à vontade, Ministro, para das as explicações que achar convenientes.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Vamos começar com a questão dos 13,5 bilhões de reais para custear as medidas tomadas em prol dos caminhoneiros, uma pergunta feita pelo Presidente, mas que acabou voltando em várias falas.

Esse valor é dividido em duas partes. Com a redução do imposto da CIDE do PIS/COFINS, chegaremos a 4 bilhões de reais. E, pela própria Lei de Responsabilidade Fiscal, é preciso compensar isso com a criação de novos impostos ou com a retirada de benefícios tributários. Então, até para cumprir o que dispõe a lei, estamos retirando benefícios tributários que hoje existem. Houve a aprovação da reoneração, a questão do xarope do refrigerante, do NAFTA, do



Reintegra, do REIQ. Como foi dito por vários Parlamentares, nós estamos redefinindo prioridades. Para dar um benefício tributário para uma categoria, como não podemos aumentar os tributos, estamos retirando ou ponderando outros benefícios tributários existentes hoje, em absoluto respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O volume que resta dos 13,5 bilhões de reais é aquilo que vamos subsidiar ou subvencionar para a manutenção do valor do *diesel* pela PETROBRAS.

O último relatório mostrou um excesso de recursos de 5,7 bilhões de reais em relação ao teto de gastos. Poderia haver um déficit fiscal menor em 5,7 bilhões de reais. Havia um excesso nesse sentido. Com a situação dos caminhoneiros, retiramos todo o excesso que havia. Cortamos os 5,7 bilhões de reais e voltamos ao limite do teto de gastos.

Do primeiro para o segundo relatório, havia uma folga de 471 milhões de reais no teto de gastos. No primeiro relatório, não havia sido alcançado ainda o teto. No segundo relatório, poderíamos ter alcançado o teto e distribuído para os órgãos 471 milhões de reais. Esse dinheiro não chegou a ser distribuído. Nós cancelamos essa distribuição. Então, ficamos com mais 471 milhões de reais — recursos que poderiam ter sido distribuídos e não foram.

Além disso, tínhamos 2,1 bilhões de reais referentes a um aumento de capital de empresas estatais. Desses, 1,6 bilhões de reais estavam em reserva, bloqueados, sem destinação específica. Nós também retiramos esse valor. Não houve prejuízo para ninguém.

Retiramos 500 milhões de reais de um potencial aumento de capital para a EMGEPRON. É um recurso importante, até para comprar as corvetas. No final do ano passado, aportamos um recurso a mais na EMGEPRON. Neste ano, entendemos que poderíamos tirar, porque o prejuízo seria menor.

Faltava 1,1 bilhão de reais. Nós cortamos, em diversos órgãos, despesas que estavam bloqueadas, contingenciadas, não estavam distribuídas. Então, não houve nenhum prejuízo aos órgãos. O que nós diminuimos foi a expectativa daqueles órgãos de que poderiam ter uma despesa maior. Agora, não podem mais. O que houve não foi prejuízo, mas a redução de uma expectativa de gasto. Se ao longo do



ano houver uma melhoria da arrecadação — e até o último relatório isso estava ocorrendo —, nós podemos recompor isso.

Essa foi a forma alcançada para prejudicar o mínimo possível o funcionamento do Governo, que realmente está numa situação limite. É preciso, dentro do possível, preservar os órgãos. E foi o que se buscou fazer.

A segunda questão, com relação ao déficit primário, também é recorrente. Nós já temos 5 anos de déficit. A projeção que trouxemos apresenta mais 3 anos de déficit. Temos cenários diversos. Alguns demonstram que talvez em 2024 esse déficit se reverta. Mas são apenas cenários. Pode ser que seja 1 ano antes, pode ser que seja 1 ano depois. São cenários. Então, nós temos um cenário com a possibilidade de reversão desse déficit a partir de 2024.

Nesse sentido, é muito importante que o próximo Governo faça reformas estruturantes. Ele precisa fazer a reforma da Previdência, porque, se nós olharmos aqueles 98% de despesas obrigatórias, há duas despesas muito grandes: a despesa da Previdência, porque o déficit cresce anualmente; e as despesas com pessoal. Então, precisamos olhar a despesa de Previdência e, eventualmente, uma reforma administrativa. O Governo precisa olhar a reforma administrativa.

O que mais ele pode fazer? Há reformas de menor magnitude, mas que também precisam ser consideradas, como verificar órgãos que poderiam ter uma melhor atuação se tivessem um pouco mais de viés privado, possibilitando uma autonomia maior do orçamento.

Hoje, nós temos um exemplo de sucesso, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada — IMPA, uma organização social de sucesso, reconhecida. Temos outros centros de excelência que poderiam também se transformar em organizações sociais, o que lhes daria maior liberdade de gestão e retiraria, ou pelo menos poderia diminuir, o encargo trazido ao orçamento hoje. Isso daria mais liberdade aos órgãos. Eles poderiam deslanchar, como o IMPA fez. Então, precisamos olhar isso também.

Precisamos olhar nas empresas estatais o que pode ser feito para dar maior produtividade e maior transparência para que elas fiquem mais fortes. Então, pode passar por uma privatização? Pode passar. Pode passar por uma abertura de capital para trazer sócios estratégicos? Pode passar. Quer dizer, há um conjunto de



instrumentos a fim de verificar a situação das estatais e observar o que pode ser feito. Isso é importante não só para o Governo, mas para as próprias estatais, para os empregados que trabalham lá. É importante trabalhar numa empresa forte, uma empresa que gera lucro e que agrega produtividade à economia. Então, precisamos examinar isso.

Com relação aos cenários, precisamos ter um pouco mais de tempo para saber qual é a magnitude do impacto da greve sobre o PIB, sobre o crescimento econômico. O setor privado tem uma robustez muito forte, estava muito bem e continua muito bem. Ele tem uma capacidade produtiva que continua lá instalada. Quer dizer, ele pode responder de forma muito rápida. Então, é difícil saber qual será o impacto desse segundo trimestre para os demais trimestres.

Assim, é importante a participação do Congresso. Precisamos voltar ou continuar aprovando reformas microeconômicas, reformas importantes que dão ao setor privado e à economia uma segurança de que estamos caminhando, estamos melhorando o ambiente de negócios, estamos facilitando a abertura de novos empreendimentos. Então, é muito importante essa junção do Poder Executivo com o Poder Legislativo, para ver o que podemos fazer para que a economia volte aos trilhos e caminhe de forma cada vez mais rápida. Essa junção é muito importante.

Com relação ao pagamento de dívidas, efetivamente, como nós estamos tendo déficit, eu não consigo hoje pagar as minhas dívidas. O que eu faço? Eu rolo a dívida que tenho. Como as minhas despesas são maiores do que as minhas receitas, eu tomo novas dívidas.

O que eu posso fazer para que isso seja sustentável? O que vem sendo feito. Eu venho trabalhando para reduzir a taxa de juros da economia, o que vai baratear a minha dívida, pois vou conseguir captar de forma mais barata em prazos mais longos. Eu preciso fazer a economia voltar a crescer, porque isso gera uma arrecadação que permite pagar dívidas. E eu preciso efetivamente controlar as despesas, um controle que não passe por aumento de tributos. Esse é um ponto importante que foi levantado por todos os Parlamentares.

Precisamos priorizar. É importante que o Governo priorize suas despesas. As necessidades, os desejos da sociedade são infinitos. Eu entendo todos os desejos, mas é preciso priorizar: *“esse vem primeiro, esse segundo, esse terceiro, esse não*



vai ser feito neste ano, vai começar ano que vem". É importante iniciar e terminar coisas. Iniciar várias coisas ao mesmo tempo é ruim. Nós tendemos a gastar mais do que deveríamos. Então, essa priorização é algo muito importante.

Com relação às emendas de bancada, nós entendemos que não há uma obrigatoriedade da nossa parte de apresentar isso. O Congresso vem apresentando. Imaginamos que isso vai ser feito. O Poder Executivo ou o Ministério do Planejamento entendem que isso não é uma obrigação do Planejamento. Mas não há problema algum em termos essa discussão aqui no Congresso.

Com relação à taxa de convênio que foi elevada, que foi vetada, nós temos um vício de iniciativa. Sobre o impacto financeiro, o que acontece hoje? Há um estudo do Tribunal de Contas sobre a Caixa Econômica, que faz a prestação de serviços para esses convênios. *"Olha, você está cobrando uma taxa que é inferior aos custos que você tem. Você precisa refazer os seus cálculos e cobrar uma taxa que seja compatível com os custos que você tem"*.

Então, a Caixa reprecificou o quanto ela tem que cobrar pelo serviço que presta. Se trazer essa despesa para os órgãos, isso vai diminuir a dotação orçamentária dos próprios órgãos, o limite que eles têm. Hoje eles estão também numa situação de muita restrição. E não havia essa estimativa. Então, a Caixa não pode ter déficit na prestação de serviço, ela tem que trabalhar de forma equilibrada. Isso é o que está por trás da elevação da taxa de convênio.

Com relação ao déficit, houve um pouco de confusão entre o valor da regra de ouro e o valor do déficit. O valor do déficit em 2021 é de 70 bilhões de reais. Com a regra do teto de gastos mantida e o crescimento do PIB, entendemos que ela se reverterá naturalmente. Vai haver uma reversão.

Outro ponto é a cobrança de dívida ativa. Efetivamente, nós temos um volume de dívida ativa muito grande, mas muitas empresas estão fechadas, já não existem mais. Em várias dessas empresas eu não tenho nem de quem cobrar. Mas, efetivamente, temos que melhorar e aprimorar a cobrança de dívida ativa. Há uma proposta do Ministério da Fazenda nesse sentido, que dá maior possibilidade ou maior número de instrumentos para o Governo cobrar a dívida ativa.



Foi falado sobre a reforma da Lei de Finanças. É de suma importância que nós caminhemos na reforma da Lei nº 4.320. Essa é uma alteração que já está em discussão no Congresso Nacional há 6, 5 anos?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Há pelo menos 6 anos. Ela está madura. Nós entendemos que isso trará muitos ganhos para o Orçamento e para o setor público como um todo. Então, é muito importante que nós caminhemos realmente na reforma, na alteração da Lei de Finanças.

Mais um ponto: regra de ouro. Nós precisamos ter, na regra de ouro, algo parecido com o que nós temos no teto dos gastos. O descumprimento da regra... Ela tem que levantar alguns gatilhos, algumas condicionantes que me levem a voltar a observar a regra de ouro. Não posso dar aumento, não posso conceder novos benefícios, não posso contratar além daqueles que se aposentaram. Quer dizer: mais do que uma regra de mera punição — cumpriu, foi crime —, ela tem que ser uma regra de convergência a médio e longo prazo — que seja um mandato, mas nós precisamos ter isso.

Eu acho que, de alguma forma, eu respondi a todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu queria fazer um comunicado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Sim, Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Vim agora do Tribunal de Contas, de uma reunião com a bancada do Nordeste para discutir o baixo investimento do Nordeste em relação à média nacional.

Ministro, o senhor falou em arrecadação, mas em janeiro, fevereiro, março e abril, a União arrecadou 44,8 bilhões de reais, corrigidos pelo IPCA, em relação a igual período do ano passado. Como justificar esse aumento se há uma necessidade de mais investimento? Eu sei que a média nacional não vai dar isso no resto dos meses, mas é bem mais expressivo do que o mesmo período do ano passado.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Eu não tenho de cabeça o quanto nós...

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR - Eu estou com a receita aqui, em mãos, com os dados.



O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Mesmo com esses 44 bilhões de reais — esse último eu não sei se está incorporado ao relatório —, todo crescimento de receita foi incorporado ao último relatório bimestral, que foi apresentado no dia 22 do mês passado. Essas projeções de déficit que nós temos, de cenários fiscais, consideram esse aumento de arrecadação. Mesmo esse aumento de arrecadação hoje me permite chegar a um déficit, no final do ano, de 159 bilhões de reais. Então, nós não estamos falando de superávit, de aumento de superávit do Governo. Nós estamos falando de um Governo que vem já há 5 anos com déficit. Nós precisamos reverter essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Eu agradeço, Ministro.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Queria só pontuar algo mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Pois não.

O SR. MINISTRO ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR - Há um ponto sobre o qual eu acho que é importante falar. Vamos analisar 2015 e 2018 — vou pegar três eslaides que foram trazidos. Geração, formação de emprego: em 2015, menos 1 milhão e meio; em 2018, de janeiro a abril, mais 336 mil empregos. Inflação: em 2015, 10,67%; hoje, inflação abaixo do piso da meta. Juros reais: em 2015, 8,6%; hoje, 2,5%. Efetivamente, o Governo trabalhou para tirar o País da pior recessão que nós já tivemos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Mário Negromonte Jr.) - Agradeço o comparecimento, mais uma vez, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Sr. Esteves Pedro Colnago Junior; de sua equipe técnica, em especial, do George Alberto de Aguiar Soares, Secretário de Gestão Orçamentária, e do Bruno César Grossi de Souza, Secretário-Adjunto de Orçamento Federal; do Senador Dalirio Beber, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias — PLDO de 2019.

Quero anunciar que o relatório preliminar já está sendo liberado para ser divulgado no *site*, está sendo aberto o prazo de emendas para os membros, Deputados e Senadores, fazerem suas emendas à LDO.



Quero agradecer também ao Senador Waldemir Moka, Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual — PLOA de 2019, e a todos os Srs. Parlamentares e assessores.

Aproveito para informar que o cronograma alterado da LDO já se encontra na página da CMO na Internet.

A reunião de audiência pública está encerrada.